

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

Lei nº 2881 de 29 de dezembro de 2011.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Niterói para o exercício financeiro de 2012.

A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a Receita do Município de Niterói para o exercício financeiro de 2012, no montante de **R\$1.430.103.000,00 (Um bilhão, quatrocentos e trinta milhões e cento e três mil reais)** e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 130, § 4º, da Lei Orgânica de Niterói, e dos arts. 4º e 21 da Lei nº. 2.840, de 29 de junho de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração pública direta e indireta, bem como fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

TÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
CAPÍTULO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA
Da Receita Total

Art. 2º A Receita total Orçamentária é estimada em **R\$1.430.103.000,00 (Um bilhão, quatrocentos e trinta milhões e cento e três mil reais)** desdobrada em:

I - Orçamento Fiscal, em R\$952.128.228,00 (novecentos e cinquenta e dois milhões, cento e vinte e oito mil e duzentos e vinte e oito reais);

II - Orçamento da Seguridade Social, em **R\$477.974.772,00 (quatrocentos e setenta e sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil e setecentos e setenta e dois reais)**.

Art. 3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstos na legislação vigente, discriminada em anexo a esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA DO TESOURO MUNICIPAL

Em R\$1,00

1.1	RECEITAS CORRENTES.....	1.090.170.000
	Receita Tributaria.....	524.671.000
	Receita de Contribuições.....	24.563.000
	Receita Patrimonial.....	17.095.000
	Transferências Correntes.....	441.750.000
	Outras Receitas Correntes.....	82.091.000
1.2	RECEITAS DE CAPITAL.....	10.022.400
	Operações de Crédito.....	10.000.000
	Alienação de Bem.....	7.500
	Transferências de Capital.....	6.900
	Outras Receitas de Capital.....	8.000
1.3	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	
	(Portaria nº 300, de 27 de junho de 2002).....	53.054.400(-)
	TOTAL.....	1.047.138.000
2.	RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, INCLUSIVE FUNDOS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS.	
2.1	RECEITA CORRENTES.....	308.773.000
	Receita de Contribuições.....	37.581.000
	Receita Patrimonial.....	24.073.000
	Receita de Serviços.....	2.494.000
	Transferência Correntes.....	236.876.000
	Outras Receitas Correntes.....	7.749.000
2.2	RECEITAS DE CAPITAL.....	413.000
	Operações de Crédito.....	2.000
	Alienação de Bem.....	400.000
	Transferências de Capital.....	11.900
2.3	RECEITAS INTRAORÇAMENTARIAS.....	73.779.000
	TOTAL.....	382.965.000
	TOTAL GERAL	1.430.103.000

CAPÍTULO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA
Da Despesa Total

Art. 4º A despesa total orçamentária fixada é de **R\$1.430.103.000,00 (Um bilhão, quatrocentos e trinta milhões e cento e três mil reais)**, em observância ao desdobramento disposto os termos da Lei nº 2.840, de 29 de junho de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, na forma detalhada entre os órgãos orçamentários no anexo desta Lei e assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal, em R\$952.128.228,00 (novecentos e cinquenta e dois milhões, cento e vinte e oito mil e duzentos e vinte e oito reais);

II - Orçamento da Seguridade Social, em **R\$477.974.772,00 (quatrocentos e setenta e sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil e setecentos e setenta e dois reais)**.

Art. 5º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a da Lei nº 2.840, de 29 de junho de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

CAPÍTULO III
DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

Art. 6º A Despesa Total, será realizada segundo a discriminação dos anexos, que apresentam sua composição por Funções e por Órgãos, conforme o seguinte desdobramento sintético:

PROGRAMAÇÃO À CONTA DE TODOS OS RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

1. DESPESA POR FUNÇÃO

Em R\$1,00

01 – Legislativa	38.270.000
03 - Essencial à Justiça	49.500
04 - Administração	118.245.770
06 - Segurança Pública	7.484.800
08 - Assistência Social	13.670.432
09 - Previdência Social	169.007.000
10 - Saúde	295.297.340
11 - Trabalho	3.165.500
12 - Educação	219.437.000
13 - Cultura	27.372.160
14 - Direitos da Cidadania	736.568
15 - Urbanismo	206.261.120
16 - Habitação	2.679.000
17 - Saneamento	144.897.002
18 - Gestão Ambiental	3.291.000
19 - Ciência e Tecnologia	1.166.000
20 - Agricultura	22.000
22 - Indústria	35.000
24 - Comunicações	73.000

26 - Transporte	39.513.630
27 - Desporto e Lazer	13.246.000
28 - Encargos Especiais	100.183.178
99 - Reserva de Contingência	16.000.000
TOTAL	1.430.103.000

2. DESPESA POR ÓRGÃO

PODER LEGISLATIVO

01.0 - Câmara Municipal de Niterói	38.270.000
--	------------

PODER EXECUTIVO

10.00 - Secretaria Executiva do Prefeito	17.911.000
10.31 - Ouvidoria Municipal	195.000
10.51 - Empr. Munic. de Moradia, Urbaniz. e Saneamento - EMUSA	30.582.000
10.52 - Niterói Empresa de Lazer e Turismo - NELTUR	11.200.000
10.82 - Niterói Prev - NITPREV	169.007.000
11.00 - Gabinete do Vice-Prefeito	549.000
12.00 - Procuradoria Geral do Município	7.760.000
13.00 - Secretaria Municipal de Integração Comunitária	488.000
14.00 - Secretaria Municipal de Esporte	2.604.000
15.00 - Secretaria de Governo	3.910.000
16.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social	6.140.000
16.72 - Fundo Municipal para Assistência Social - FMAS	6.587.000
16.73 - Fundo para Infância e Adolescência - FIA	630.000
17.00 - Secretaria Municipal de Administração	34.645.000
18.00 - Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia	1.134.000
19.00 - Secretaria Municipal de Segurança e Controle Urbano	6.578.000
20.00 - Secretaria Municipal de Educação	2.688.000
20.43 - Fundação Municipal de Educação - FME	213.922.000
21.00 - Secretaria Municipal de Fazenda	43.600.000
22.00 - Secretaria Municipal. de Urbanismo	9.444.000
22.75 - Fundo Munic. de Urbanização, Habitação e Reg. Fundiária.....	13.530.000
23.00 - Controladoria Geral do Município.....	1.100.000
24.00 - Encargos Financeiros do Município.....	81.109.000
25.00 - Secretaria Municipal de Saúde.....	1.872.000
25.42 - Fundação Municipal de Saúde - FMS.....	129.925.000
25.43 - Fundo Municipal de Saúde.....	162.500.000
26.00 - Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Trânsito e Transporte	15.718.000
26.81 - Niterói Terminais Rodoviários - NITER	4.795.000
26.82 - Niterói Transporte e Trânsito S/A - NITTRANS	4.805.000
26.83 - Fundo Municipal de Transporte	4.344.000
27.00 - Administração Regional do Sapê, Badu e Matapaca	406.000
28.00 - Administração Regional do Barreto	814.000
29.00 - Administração Regional do Centro	360.000
30.00 - Administração Regional da Engenhoca	551.000
31.00 - Administração Regional do Fonseca	1.111.000
32.00 - Administração Regional de Icaraí	362.000
33.00 - Administração Regional do Ingá	683.000
34.00 - Administração Regional do Largo da Batalha	748.000
35.00 - Administração Regional de Itaipu	293.000
36.00 - Secretaria Municipal do Trabalho	2.613.000
37.00 - Administração Regional de Santa Rosa	343.000
38.00 - Administração Regional de São Francisco	314.000
39.00 - Administração Regional do Rio D'Ouro	703.000
40.00 - Conselho Consultivo Municipal	3.000
41.00 - Secretaria Municipal de Cultura	774.000
41.41 - Fundação de Arte de Niterói - FAN	16.795.000
42.00 - Secretaria Munic. de Meio Ambiente, Rec. Hídricos e Sustentabilidade	1.340.000
42.61 - Companhia de Limpeza de Niterói - CLIN	142.913.000
42.74 - Fundo Municipal de Conservação Ambiental - FMCA	600.000
43.00 - Administração Regional de Piratininga	527.000
44.00 - Administração Regional da Ilha da Conceição	314.000
45.00 - Administração Regional do Ponto Cem Réis e Adjacências	348.000
46.00 - Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor	420.000
47.00 - Secretaria Municipal de Projetos Especiais	480.000
48.00 - Secretaria Municipal de Ações Estratégicas	293.000
51.00 - Secretaria Municipal de Acessibilidade e Cidadania	827.000
52.00 - Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Ind. Naval	1.272.000
54.00 - Secretaria Municipal de Abastecimento	254.000
55.10 - Fundo Espec. de Recup. de Ativos e Invest. Municipais - FUNFUTURO.....	4.606.000
56.00 - Secretaria Municipal de Habitação	1.944.000
57.00 - Secretaria Municipal Extr. de Sta. Bárbara, Caramujo e Ititioca	472.000
58.00 - Administração Regional de Itacoatiara	336.000
59.00 - Administração Regional de Jurujuba	277.000
60.00 - Administração Regional de Tenente Jardim	296.000
61.00 - Administração Regional de Maria Paula	292.000
62.00 - Administração Reg. do Eng. do Mato, Serra Grande e Várzea das Moças.....	295.000
63.00 - Administração Regional de Charitas e Preventório	290.000
64.00 - Secretaria Municipal de Defesa Civil	460.000
99.99 - Reserva de Contingência	16.000.000
TOTAL	1.430.103.000

CAPÍTULO IV

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias constantes desta Lei, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados em virtude de alteração na estrutura organizacional do Poder Executivo ou na competência legal ou regimental de Unidades da Administração Direta e das Entidades da Administração Indireta, bem como em razão da formulação ou ajustamento dos programas e políticas públicas, adaptando o orçamento aprovado pela presente Lei à modificação administrativa ocorrida e a programação governamental, inclusive criando Unidades Orçamentárias, Programas de Trabalho e Elementos de Despesa necessários à redistribuição das dotações ou de seus saldos.

CAPÍTULO V

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 8º Fica o Poder Executivo, autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, para transposição, remanejamento ou transferência de recursos, criando, se necessário, fontes de recursos, modalidades de aplicação, elementos de despesa, com a finalidade de suprir insuficiências dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, respeitadas as prescrições constitucionais e os termos da Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, § 1º incisos I, II e III e §§ 2º, 3º e 4º.

Parágrafo único. Excluem-se da base de cálculo e do limite autorizado no *caput* deste artigo os valores correspondentes à amortização e encargos da dívida, as despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar e remanejamento de dotações alocadas ao mesmo Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação por projeto, atividade ou operação especial de modo que não alterem a Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares a conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, e parágrafos 3º e 4º, da Lei 4.320/64.

Parágrafo único. O percentual a que se refere o art. 8º passará a incidir sobre o valor acrescido pelos créditos suplementares abertos na forma do disposto no caput deste artigo.

TÍTULO III
CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário, observados os preceitos legais em vigor, com o referendo da Câmara Municipal de Niterói.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como oferecer as garantias necessárias para a realização destes financiamentos, com prévia autorização do Poder Legislativo Municipal.

Art. 12. A dotação consignada à Reserva de Contingência, destina-se a suplementar preferencialmente as despesas contidas no art. 29 da Lei nº. 2.840/2011, ficando o Poder Executivo, nestes casos, autorizado a abrir créditos suplementares.

Art. 13. O Poder Executivo desdobrará as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de Dezembro de 2011.
Jorge Roberto Silveira - Prefeito
(PROJ Nº. 294/2011 - Autor: Mensagem Executiva nº 23/2011)

Lei nº 2882 de 29 de dezembro de 2011
Transformar sem aumento de despesas os cargos de provimento em comissão constantes do anexo único desta Lei.

A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Ficam transformados, sem aumento de despesas, os cargos de provimento em comissão constantes do anexo único desta Lei.

Art. 2º O saldo decorrente da transformação será aproveitado oportunamente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de Dezembro de 2011.
Jorge Roberto Silveira - Prefeito
(PROJ Nº. 223/2011 - Autor: Mensagem Executiva nº. 21/11)

ANEXO ÚNICO 2882/2011
CARGOS A TRANSFORMAR
- Da Secretaria Municipal de Fazenda
01 Cargo de Assistente A, símbolo CC-2
01 Cargo de Assistente D, símbolo CC-5

CARGOS RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO
- Na Secretaria Municipal de Fazenda
02 Cargos de Assistente B, símbolo CC-3

Lei nº 2883 de 29 de dezembro de 2011
Fica extinta a Secretaria Municipal de Planejamento.

A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica extinta a Secretaria Municipal de Planejamento criada pela Lei nº. 2640, de 30 de abril de 2009.

Art. 2º Ficam transferidos para a Secretaria Executiva do Prefeito os cargos integrantes da estrutura da extinta Secretaria Municipal de Planejamento e o pessoal nela lotado.

Art. 3º O acervo da extinta Secretaria fica transferido para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar as modificações administrativas e orçamentárias destinadas ao cumprimento da presente Lei, podendo transferir dotações, e criar ou extinguir programas de trabalho e Elementos de Despesa, desde que mantido o equilíbrio entre a Receita e a Despesa e respeitado o valor total do Orçamento aprovado para o presente exercício.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de Dezembro de 2011.
Jorge Roberto Silveira - Prefeito
(PROJ Nº. 367/2011 - Autor: Mensagem Executiva nº 25/11)

Lei nº 2884 de 29 de dezembro de 2011.
A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e dá outras providências.

CAPÍTULO I
Das Organizações Sociais
Seção I
Da Qualificação

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à educação, a saúde e ao esporte, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

§1º As Organizações Sociais cujas atividades sejam dirigidas ao ensino poderão atuar em creches, no reforço escolar e na capacitação de profissionais.

§2º As Organizações Sociais cujas atividades sejam dirigidas à saúde poderão atuar nas unidades de saúde, assim como em programas de prevenção e promoção de saúde em escolas e similares, podendo também atuar em capacitação de profissionais de saúde.

§3º Os contratos de gestão de que trata esta Lei serão submetidos ao controle externo da Câmara dos Vereadores, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas, ficando o controle interno a cargo do Poder Executivo.

§4º O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Sociais as pessoas jurídicas que já obtiveram tal qualificação perante outros Entes Públicos, observados os requisitos desta Lei.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como Organização Social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;

b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

c) previsão expressa de ter a entidade, como órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria, definidos nos termos do Estatuto, assegurado aquele composição e atribuições normativas e de controle básicos previstos nesta Lei;

d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;

e) composição e atribuições da Diretoria da entidade;

f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão com o Município;

g) em caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do Estatuto;

h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados ressalvados o patrimônio, bens e recursos que não sejam decorrentes do contrato de gestão;

j) comprovação dos requisitos legais para constituição de pessoa jurídica.

II – ter a entidade recebido aprovação em parecer favorável, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como Organização Social, do Secretário Municipal da área correspondente.

III - estar constituída há pelo menos dois anos no pleno exercício das atividades citadas no *caput* do art. 1º desta Lei.

IV - comprovar a presença, em seu quadro de pessoal, de profissionais com formação específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação.

Seção II Do Conselho de Administração

Art. 3º O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos do respectivo Estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

a) até cinquenta e cinco por cento no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;

b) trinta e cinco por cento de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;

c) dez por cento de membros eleitos pelos empregados da entidade;

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho terão mandato de quatro anos, admitida uma recondução, e não poderão ser:

a) cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Subsecretários Municipais e Vereadores; e,

b) servidor público detentor de cargo comissionado ou função gratificada;

III - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no Estatuto;

IV - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto;

V - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano, e extraordinariamente, a qualquer tempo;

VI - os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à Organização Social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

VII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem correspondentes funções executivas.

Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser incluídas entre as atribuições privativas do Conselho de Administração:

I - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;

II - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

III - designar e dispensar os membros da Diretoria;

IV - fixar a remuneração dos membros da Diretoria;

V - aprovar o Estatuto, bem como suas alterações, e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;

VI - aprovar o Regimento Interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;

VII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações, e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

VIII - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria;

IX - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

Seção III Do Contrato de Gestão

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como Organização Social, com vistas à formação de uma parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas citadas no art. 1º desta Lei.

§ 1º A Organização Social da saúde deverá observar os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no artigo 198 da Constituição Federal e no artigo 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

§ 2º A celebração dos contratos de que trata o *caput* deste artigo, com dispensa da realização de licitação, será precedida de publicação da minuta do contrato de gestão e de convocação pública das Organizações Sociais, através do Diário Oficial do Município, para que todas as interessadas em celebrá-lo possam se apresentar.

§ 3º O Poder Público dará publicidade:

I - da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas;

II - das entidades que manifestarem interesse na celebração de cada contrato de gestão.

§ 4º É vedada à cessão total ou parcial do Contrato de Gestão pela Organização social.

Art. 6º O contrato de gestão celebrado pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal competente conforme sua natureza e objeto, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada e será publicado na íntegra no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação do Conselho de Administração, ao Secretário Municipal da área competente.

Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados princípios gerais do artigo 37 da Constituição Federal e, também, os seguintes preceitos:

I - especificação do programa de trabalho proposto pela Organização Social, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - estipulação dos limites e critérios para a despesa com a remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções;

III - atendimento à disposição do § 2º, do artigo 5º, desta Lei;

IV - atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no caso das Organizações Sociais da saúde.

Parágrafo único. O Secretário Municipal da pasta competente deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que for signatário.

Seção IV Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrado com Organização Social será fiscalizada pelo Secretário Municipal e das áreas correspondentes.

§ 1º O contrato de gestão deve prever a possibilidade de o Poder Público requerer a apresentação pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer

momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Município.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão serão analisados, periodicamente, por comissão de avaliação indicada pelo Secretário Municipal composta por profissionais de notória especialização, que emitirão relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controles interno e externo.

Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, dela darão ciência à Procuradoria Geral do Município, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 10. Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizações Sociais à Administração Municipal, ao Tribunal de Contas ou à Câmara Municipal.

Art. 11. O balanço e demais prestações de contas da Organização Social, a critério da Administração Pública, poderão ser publicados no Diário Oficial do Município e analisados pelos órgãos de controle interno e externo.

Art. 12. Obriga as Organizações Sociais com contrato em execução, a publicarem relatórios bimestrais contendo a destinação em detalhes da verba recebida e sua utilização.

Seção V Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 13. As entidades qualificadas como Organizações Sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais, em especial os tributários, enquanto vigor o contrato de gestão.

Art. 14. Às Organizações Sociais serão destinados recursos orçamentários e, eventualmente, bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para fins do disposto nesta Lei, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às Organizações Sociais, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Art. 15. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo único. A permuta de que trata o *caput* deste artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Prefeito.

Art. 16. O ato de disposição do servidor público pressupõe o interesse do Poder Público e da Organização Social e a aquiescência do servidor, mantido seu vínculo com o Poder Público, nos termos da legislação em vigor, computando-se o tempo de serviço prestado para todos os efeitos legais, inclusive aposentadoria, esta vinculada ao desconto previdenciário próprio dos servidores públicos do Município.

§1º Aos servidores colocados à disposição da Organização Social serão assegurados todos os direitos e vantagens decorrentes do respectivo cargo ou emprego, inclusive os reajustes gerais concedidos ao Poder Executivo.

§2º Durante o período da disposição, o servidor público observará as normas internas da Organização Social, cujas diretrizes estarão consignadas no contrato de gestão.

Art. 17. O servidor que não for colocado à disposição da Organização Social deverá, observado o interesse público ser:

I - relotado, com o respectivo cargo, em outro órgão ou entidade vinculada à Secretaria Municipal competente, garantido os seus direitos e vantagens;

II - devolvido ao órgão de origem.

Parágrafo único. Fica vedada a colocação em disponibilidade de servidores que não desejarem trabalhar em Organizações Sociais.

Art. 18. O servidor colocado à disposição da Organização Social poderá, a qualquer tempo, mediante requerimento ou por manifestação da Organização Social, ter sua disposição revogada, caso em que serão observados os procedimentos definidos nos incisos do artigo anterior.

§1º A Organização Social, após receber a solicitação de desligamento do servidor, a fim de não haver prejuízo na assistência, terá o prazo de até 90 (noventa) dias para devolvê-lo ao Poder Público.

§2º Até a efetiva devolução do servidor ao Poder Público, o mesmo deverá cumprir integralmente sua carga horária na Organização Social.

§ 3º O servidor municipal, que porventura, não cumprir as regras e determinações internas da Organização Social, afetas ao objeto do contrato de gestão, poderá ser devolvido ao Poder Público.

Art. 19. Será permitido o pagamento pela Organização Social de vantagem pecuniária, de forma não-permanente, a servidor colocado à disposição.

Art. 20. Ao servidor é devida retribuição, a ser paga pela Organização Social, quando do exercício de função temporária de direção, chefia e assessoria.

Art. 21. Não será incorporada à remuneração de origem do servidor colocado à disposição qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela Organização Social.

Art. 22. São extensíveis, no âmbito do Município, os efeitos dos artigos 13 a 20 desta Lei para as entidades qualificadas como Organizações Sociais pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie as normas gerais emanadas da União, bem como os da legislação específica de âmbito estadual.

Seção VI Da Desqualificação

Art. 23. O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como Organização Social quando verificado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão e nesta Lei.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e do saldo remanescente dos recursos financeiros entregues à utilização da Organização Social, sem prejuízo das sanções contratuais penais e civis aplicáveis à espécie.

CAPÍTULO II

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 24. A Organização Social fará publicar na imprensa e no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de noventa dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços e obras necessários à execução do contrato de gestão, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 25. Os Conselheiros e Diretores das Organizações Sociais, não poderão exercer outra atividade remunerada com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Art. 26. Na hipótese de a entidade pleiteante da habilitação como Organização Social existir há mais de cinco anos, contados da data da publicação desta Lei, fica estipulado o prazo de dois anos para adaptação das normas do respectivo Estatuto ao disposto no art. 3º, incisos I a IV, desta Lei.

Art. 27. Os requisitos específicos de qualificação das Organizações Sociais serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, a ser editado no prazo de sessenta dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de Dezembro de 2011.

Jorge Roberto Silveira - Prefeito

(PROJ Nº. 374/2011 - Autor: Mensagem Executiva nº. 27/11)

DECRETO Nº 11.081/2011

O Prefeito Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 8º, da Lei nº 2791/2010, publicada em 30 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 4.727.055,75 (Quatro milhões, setecentos e vinte e sete mil, cinqüenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Quadro de Detalhamento de Despesa, estabelecido no Decreto nº10875, de 03 de janeiro de 2011.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 28/12/11, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de Dezembro de 2011.

Jorge Roberto Silveira – Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 11.081/2011

CRÉDITO SUPLEMENTAR

CÓDIGOS				VALORES (R\$)	
Órgão/ Unidade	Programa de Trabalho	Despesa	FT	Suplementado	Compensado / Cancelado
2043 - FME	1212200012131	33903900	100	116.872,98	
2043 - FME	1236100422139	33903200	100	1.320.000,00	
2043 - FME	1236100422139	31901101	105	3.290.182,77	
2000 - SME	1212200012125	31901101	100		182.000,00
2000 - SME	1212200012128	33900400	100		25.000,00
2000 - SME	1212200012128	33901400	100		10.000,00
2000 - SME	1212200012128	33903000	100		89.500,00
2000 - SME	1212200012128	33903600	100		10.000,00
2000 - SME	1212200012128	33903900	100		98.660,00
2000 - SME	1212200012128	33904800	100		10.000,00
2000 - SME	1212200012128	44905200	100		85.879,00
2000 - SME	1236100012126	33901400	100		3.500,00
2000 - SME	1236100012126	33903000	100		10.000,00
2000 - SME	1236100012126	33903600	100		10.000,00
2000 - SME	1236100012126	33903900	100		17.178,90
2000 - SME	1236100012126	33904800	100		3.500,00
2000 - SME	1236600412127	33903000	100		24.445,00
2000 - SME	1236600412127	33903600	100		20.000,00
2000 - SME	1236600412127	33903900	100		10.000,00
2000 - SME	1236600412127	44905200	100		10.000,00
2043 - FME	1236100422139	33901400	105		113.943,85
2043 - FME	1236100422139	33903000	105		228.841,19
2043 - FME	1236100422139	33903100	105		50.000,00
2043 - FME	1236100422139	33903200	105		37.031,20
2043 - FME	1236100422139	33903500	105		52.080,00
2043 - FME	1236100422139	33903600	105		144.982,00
2043 - FME	1236100422139	33903900	105		713.752,22
2043 - FME	1236100422139	33909200	105		10.000,00
2043 - FME	1236100422139	44905100	105		610.000,00
2043 - FME	1236100422139	44905200	105		688.481,55
2043 - FME	1236100422146	33903500	105		10.000,00
2043 - FME	1236100422146	33903600	105		90.000,00
2043 - FME	1236500442135	33901400	105		100.000,00
2043 - FME	1236500442135	33903000	105		73.675,69
2043 - FME	1236500442135	33903200	105		4.736,00
2043 - FME	1236500442135	33903500	105		40.000,00
2043 - FME	1236500442135	33903600	105		81.950,00
2043 - FME	1236500442135	33903900	105		126.527,69
2043 - FME	1236500442135	33909200	105		10.000,00
2043 - FME	1236500442135	44905100	105		70.588,49

2043 - FME	1236600412137	33901400	105		10.000,00
2043 - FME	1236600412137	33903000	105		4.629,89
2043 - FME	1236600412137	33903500	105		10.000,00
2043 - FME	1236600412137	33903900	105		8.963,00
4141 - FAN	1236100092246	31901303	100		150.000,00
4141 - FAN	1236100092246	33903000	100		30.000,00
4141 - FAN	1236100092246	33903600	100		198.580,00
4141 - FAN	1236100092246	33903900	100		768,26
4141 - FAN	1236100092246	44905200	100		30.000,00
4141 - FAN	1236100092247	33903000	100		20.000,00
4141 - FAN	1236100092247	33903600	100		197.051,44
4141 - FAN	1236100092247	33903900	100		190.810,38
TOTAL GERAL				4.727.055,75	4.727.055,75

NOTA :
FONTE 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOIRO MUNICIPAL
FONTE 105 - RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB
Repblicado por haver saído com incorreção

DECRETO Nº 11082/2011
O Prefeito Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 8º, da Lei nº 2791/2010, publicada em 30 de dezembro de 2010.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 10.267.328,74 (Dez milhões, duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e quatro centavos), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.
Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.
Art. 3º - Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Quadro de Detalhamento de Despesa, estabelecido no Decreto nº10875, de 03 de janeiro de 2011.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de Dezembro de 2011.
Jorge Roberto Silveira – Prefeito

CÓDIGOS				VALORES (R\$)	
Órgão/ Unidade	Programa de Trabalho	Despesa	FT	Suplementado	Compensado / Cancelado
1051 - EMUSA	1345200091012	44905100	100	62.292,27	
1051 - EMUSA	1512200012026	31903400	100	1.362.857,89	
1051 - EMUSA	1512200012026	33903600	100	427,96	
1051 - EMUSA	1584609000905	31901303	100	62.081,99	
1051 - EMUSA	1854100101011	44905100	102	45.726,47	
1052 - NELTUR	2781300172028	33903000	108	31.500,00	
1082 - NITPREV	0984609000911	33900301	203	857.737,73	
2400 - EFM	2884309000934	46907300	100	261.260,43	
2542 - FMS	1012200012167	31901303	203	4.500,00	
2542 - FMS	1012200012168	31901101	100	2.528.944,00	
2543 - F.SAÚDE	1012200012177	31903403	207	4.200.000,00	
2543 - F.SAÚDE	1012800012187	33903600	207	50.000,00	
2543 - F.SAÚDE	1084609002183	31901303	207	600.000,00	
4261 - CLIN	1712200012259	33903900	203	100.000,00	
4261 - CLIN	1784609000962	33904700	203	100.000,00	
1051 - EMUSA	0412200012024	33903000	100		159.501,00
1051 - EMUSA	0412200012024	33903900	100		130.076,29
1051 - EMUSA	1345200091007	44905100	100		32.000,00
1051 - EMUSA	1345200091012	44905100	102		45.726,47
1051 - EMUSA	1512200012026	31901101	100		251.272,11
1051 - EMUSA	1512200012026	31901301	100		3.521,59
1051 - EMUSA	1545100101019	44905100	100		18.586,56
1051 - EMUSA	1551200102023	33903000	100		35.384,58
1051 - EMUSA	1551200102023	44905100	100		125.432,34
1051 - EMUSA	1745100101018	44905100	100		164.620,80
1051 - EMUSA	1745200102021	33903900	100		420.027,88
1051 - EMUSA	1854100101011	44905100	100		147.236,96
1052 - NELTUR	2781300172028	33903900	108		31.500,00
1082 - NITPREV	0912200012039	31901101	100		99.179,88
1082 - NITPREV	0927200012040	33901400	203		3.070,00

1082 - NITPREV	0927200012040	33903000	203		30.386,52
1082 - NITPREV	0927200012040	33903500	203		15.947,78
1082 - NITPREV	0927200012040	33903600	203		33.400,35
1082 - NITPREV	0927200012040	33903700	203		5.000,00
1082 - NITPREV	0927200012040	33903900	203		485.948,28
1082 - NITPREV	0927200012040	44905100	203		3.000,00
1082 - NITPREV	0927200012040	44905200	203		5.560,11
1082 - NITPREV	0984609000911	33909200	203		22.711,06
1082 - NITPREV	0984609000914	33904700	203		20.000,00
1082 - NITPREV	0984609000915	31909200	203		10.000,00
1082 - NITPREV	0984609000915	33909200	203		2.882,18
1082 - NITPREV	0984609000917	31909400	203		18.000,00
1082 - NITPREV	0984609000917	33909300	203		7.000,00
1082 - NITPREV	0984609000918	31901303	203		31.550,05
1082 - NITPREV	0984609000918	31901309	203		1.000,00
1082 - NITPREV	0984609000918	33900500	203		32.276,52
1082 - NITPREV	0984609000919	33900101	203		30.000,00
1082 - NITPREV	0984609000920	31900900	203		825,00
1300 - SMIC	0412200012049	33903000	100		135,90
1300 - SMIC	0412200012049	33903900	100		33,50
1672 - FMAS	0812200012093	33209300	100		5.428,97
1672 - FMAS	0812200012093	33903600	100		195,00
1672 - FMAS	0812200012093	44905100	100		665,00
1700 - SMA	0412200012098	33903000	100		54.885,49
2100 - SMF	0412200012150	33903000	100		5.000,00
2100 - SMF	0412300012147	33903000	100		5.223,66
2100 - SMF	0412300012147	33903600	100		4.800,00
2100 - SMF	0412300012147	33903900	100		15.023,71
2100 - SMF	0412300012147	44905200	100		10.000,00
2100 - SMF	0412600012152	33903000	100		16.240,00
2100 - SMF	0412600012152	33903900	100		10.304,58
2100 - SMF	0412900012148	33903000	101		10.000,00
2100 - SMF	0412900012148	33903600	101		10.000,00
2100 - SMF	0412900012148	33903900	101		10.000,00
2100 - SMF	0412900012148	44903000	101		48.000,00
2100 - SMF	0412900012148	44903600	101		83.748,00
2100 - SMF	0412900012148	44903900	101		68.220,00
2100 - SMF	0412900012148	44905100	101		102.148,00
2542 - FMS	1030200012165	33903600	203		4.500,00
2542 - FMS	1084609000940	33909100	100		850.000,00
2543 - F.SAÚDE	1012200012179	33903700	207		289.426,86
2543 - F.SAÚDE	1012200012179	33903900	207		1.300.000,00
2543 - F.SAÚDE	1030100512176	33903900	207		600.000,00
2543 - F.SAÚDE	1030200512186	33903000	207		436.518,25
2543 - F.SAÚDE	1030500522184	33903000	207		1.800.000,00
2681 - NITER	2612200012199	31903400	100		500,00
2681 - NITER	2612200012199	33903000	100		500,00
2681 - NITER	2612200012199	33903600	100		500,00
2681 - NITER	2612200012199	33903900	100		500,00
2681 - NITER	2612200012200	31901101	100		1.000,00
2681 - NITER	2645100661091	33903000	100		500,00
2681 - NITER	2645100661091	33903600	100		500,00
2681 - NITER	2645100661091	33903900	100		500,00
2681 - NITER	2645100661091	44905100	100		500,00
2681 - NITER	2645100661091	44905200	100		500,00
2681 - NITER	2678200661092	33903000	100		500,00
2681 - NITER	2678200661092	33903600	100		500,00
2681 - NITER	2678200661092	33903900	100		500,00
2681 - NITER	2678200661092	44905100	100		500,00

2681 - NITER	2684609000945	33904600	100		500,00
2681 - NITER	2684609000945	33904900	100		500,00
2681 - NITER	2684609000946	33904700	100		500,00
2681 - NITER	2684609000947	31900300	100		500,00
2681 - NITER	2684609000948	31900900	100		500,00
2681 - NITER	2684609000949	31901303	100		500,00
2681 - NITER	2684609000949	31911302	100		500,00
2681 - NITER	2684609000949	33900500	100		500,00
2681 - NITER	2684609000950	31909100	100		500,00
2681 - NITER	2684609000951	31909200	100		500,00
2681 - NITER	2684609000951	33909200	100		500,00
2682 - NITTRANS	1236700532202	33903600	106		1.000,00
2682 - NITTRANS	1236700532202	33903900	100		1.241,80
2682 - NITTRANS	1236700532202	33903900	106		1.720,00
2682 - NITTRANS	2472200112205	33903000	100		182,54
2682 - NITTRANS	2472200112205	33903900	100		3,00
2682 - NITTRANS	2612200012207	33903900	100		840,00
2682 - NITTRANS	2612200012207	44905200	100		359,00
3600 - SMT	1133300292230	31901303	100		1.000,00
4200 - SMARHS	0412200012251	31901101	100		2.660,00
4261 - CLIN	1712200012259	33909200	100		47.207,74
4261 - CLIN	1712200012270	33903900	100		700,78
4261 - CLIN	1712200012270	31901101	203		200.000,00
4261 - CLIN	1784609000963	31901303	100		118,21
4274 - FMCA	1854100622283	33903900	100		200,00
4274 - FMCA	1854100632278	33903900	100		400,00
4274 - FMCA	1854100641113	33903900	100		500,00
4274 - FMCA	1854100641115	33903900	100		500,00
4274 - FMCA	1854100641116	33903900	100		500,00
4274 - FMCA	1854100642281	33903900	100		300,00
4274 - FMCA	1854100651112	33903900	100		500,00
4274 - FMCA	1854100651114	33903900	100		500,00
4274 - FMCA	1854100651117	33903900	100		500,00
4274 - FMCA	1854100652277	33903900	100		400,00
4300 - ARP	0412200012285	31901101	100		24.914,44
5510 - FUNFUTURO	0412200012334	33903900	100		50.000,00
6400 - SMDC	0412200012331	31901101	100		57.200,00
1000 - SEP	0412600012010	33903000	100		12.154,00
1000 - SEP	0412600012010	44905200	100		654.270,80
1031 - OUVIDORIA	0412200012018	33903000	100		354,00
1031 - OUVIDORIA	0412200012018	44905200	100		17.300,00
1200 - PGM	0412200012047	33903000	100		2.950,00
1200 - PGM	0412200012047	44905200	100		122.500,00
1300 - SMIC	0412200012049	33903000	100		472,00
1300 - SMIC	0412200012049	44905200	100		19.600,00
1500 - SG	0412200012063	33903000	100		354,00
1500 - SG	0412200012063	44905200	100		14.700,00
1600 - SMAS	0812200012065	33903000	100		624,00
1600 - SMAS	0812200012065	44905200	100		15.230,00
1700 - SMA	0412200012098	33903000	100		6.306,00
1700 - SMA	0412200012098	44905200	100		205.167,20
1800 - SMCT	1912200012109	33903000	100		1.770,00
1800 - SMCT	1912200012109	44905200	100		130.850,00
1900 - SMSCOU	0612200012122	33903000	100		1.770,00
1900 - SMSCOU	0612200012122	44905200	100		73.500,00
2100 - SMF	0412600012152	33903000	100		7.760,00
2200 - SMU	1512200012154	33903000	100		2.360,00

2200 - SMU	1512200012154	44905200	100		97.000,00
2300 - CGM	0412200012159	33903000	100		2.950,00
2300 - CGM	0412200012159	44905200	100		179.850,00
3600 - SMT	0412200012229	33903000	100		826,00
3600 - SMT	0412200012229	44905200	100		34.300,00
3900 - ARRO	0412200012236	33903000	100		118,00
3900 - ARRO	0412200012236	44905200	100		4.900,00
4200 - SMARHS	0412200012250	33903000	100		354,00
4200 - SMARHS	0412200012250	44905200	100		14.700,00
5200 - SMDEIN	1112200012304	33903000	100		590,00
5200 - SMDEIN	1112200012304	44905200	100		27.100,00
5500 - SMP	0412200012313	33903000	100		708,00
5500 - SMP	0412200012313	44905200	100		24.500,00
6400 - SMDC	0412200012333	33903000	100		472,00
6400 - SMDC	0412200012333	44905200	100		19.400,00
TOTAL GERAL				10.267.328,74	10.267.328,74

NOTA :
FONTE 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO MUNICIPAL
FONTE 102 - RECURSOS PROVENIENTES DE CONVÊNIOS
FONTE 106 - RECURSOS PROVENIENTES DE MULTAS DE TRÂNSITO
FONTE 108 - RECURSOS PROVENIENTES DOS ROYALTIES
FONTE 203 - RECURSOS PRÓPRIOS
FONTE 207 - RECURSOS PROVENIENTES DO SUS

DECRETO Nº 11083/2011
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra ‘b’ da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

DECRETA:
Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra "h", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável, ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, o imóvel situado na Rua Dr. Renato Pereira Machado, nº. 11-A, Loteamento Vale Feliz, Engenho do Mato, nesta Cidade, devidamente registrado, descrito e caracterizado, na matrícula nº 9.123, do Cartório de Registro de Imóveis da 5ª Circunscrição de Niterói inscrito na Prefeitura Municipal de Niterói sob o nº 078501-4, com área total de 1.087,00m².
Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á, pelo preço apurado no Laudo, especialmente elaborado para essa finalidade pela Comissão de Avaliação da Municipalidade, conforme processo administrativo nº 050/0004457/2011.
Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação, destina-se à implantação de uma Unidade de Ensino Fundamental.
Art. 4º - A presente desapropriação é considerada de caráter urgente, nos termos e para os efeitos do art. 15 do Decreto-Lei 3.365/41.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de Dezembro de 2011.
Jorge Roberto Silveira – Prefeito

DECRETO Nº 11084/2011
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, com fundamento no art. 230, inciso II, letra ‘b’ da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, combinado com o art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município de Niterói,

DECRETA:
Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, de acordo com os artigos 2º e 6º, combinados com o artigo 5º, letra "h", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, para efeito de desapropriação, em composição amigável, ou processo judicial, por conta e a favor do Município de Niterói, o imóvel situado na Rua Henrique Lage, antiga Pref. Brandão Júnior, nº. 47, Fonseca, nesta Cidade, devidamente registrado, descrito e caracterizado, no Livro 3-B, fls. 179, matrícula nº 2.952, do Cartório de Registro de Imóveis da 5ª Circunscrição de Niterói, inscrito na Prefeitura Municipal de Niterói sob o nº 026169-3, com área total de 307,12m².
Art. 2º - A desapropriação constante deste Decreto far-se-á, pelo preço apurado no Laudo, especialmente elaborado para essa finalidade pela Comissão de Avaliação da Municipalidade, conforme processo administrativo nº 080/0006867/2011.
Art. 3º - O imóvel objeto da presente desapropriação, destina-se à implantação de uma Creche.
Art. 4º - A presente desapropriação é considerada de caráter urgente, nos termos e para os efeitos do art. 15 do Decreto-Lei 3.365/41.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de Dezembro de 2011.
Jorge Roberto Silveira – Prefeito

Portarias
Exonera, a pedido, **Alba Valéria Wilson da Silveira** do cargo de Assistente A, CC-2, da Secretaria Executiva do Prefeito (Port. nº 1369/2011).
Nomeia **Patrícia Alves Wilson** para exercer o cargo de Assistente A, CC-2, da Secretaria Executiva do Prefeito, em vaga decorrente da exoneração de Alba Valéria Wilson da Silveira, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Port. nº 1370/2011).

Considera exonerado, a contar de 07 de dezembro de 2011, **Joaquim de Araujo Scotelaro** do cargo de Assessor Especial A, CC-1, da Secretaria Municipal de Segurança e de Controle Urbano, por ter sido nomeado para cargo incompatível (Port. nº 1371/2011).

CORRIGENDAS
No Decreto nº 11.072/2011, publicado em 22/12/2011
REFORÇO:
Onde se lê:
PT 1900.061220001.2122 CD 3390.39.00 FT 100 R\$ 3.000,00
Leia-se:
PT 1900.061220001.2122 CD 3390.30.00 FT 100 R\$ 3.000,00
No Decreto nº 11.080/2011, publicado em 28/12/2011

COMPENSAÇÃO:
Onde se lê:
PT 2400.288430900.0934 CD 3290.21.00 FT 100 R\$ 300.000,00
Leia-se:
PT 2400.288460900.0935 CD 3390.91.00 FT 100 R\$ 300.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Despachos da Secretária

Adicional – Deferido
20/4996/2011 – Dilson de Mello Cardoso
20/4954/2011 – Joselita Olimpio de Oliveira
20/4958/2011 – Milton Brizida Gonçalves
20/4988/2011 – Rogério dos Santos Campos
20/4977/2011 – Alessandro Pereira Lopes
20/4979/2011 – Alexandre Santos da Silva
20/5002/2011 – Alexandre Lopes dos Santos

Solicita Disposição de Servidor – Indeferido
20/5133/2011 – Lauriene Silva Mol Dutra

Progressão Funcional – Indeferido
20/3108/2011 – Jaqueline Gonçalves Silva de Brito

Progressão Funcional – Deferido
20/5044/2011 - Rosemberg Ornelas Gomes
20/3759/2011 – Gabriel Bruzzi Vianna

Salário Família – Indeferido
20/5232/2011 – Wendel de Lima Roque

Abono Permanência – Deferido
20/5157/2011 – Hilma Maria de Oliveira M. R. Pereira

Licença Especial – Deferido
20/4322/2011 – Carlos Alberto da Conceição Ramos de 02/01/2012 a 31/03/2012

Averbação tempo de serviço – Deferido
20/5147/2011 – Marco Antonio da Mota e Souza

Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar
Processo nº 200/11660/2011 – Portaria nº 237/2011
Citado: Wander Nazareth Rodrigues, Enfermeiro, matrícula nº 435.600-2
Assunto: apresentar defesa por estar incurso no inciso XIII do art. 195 da Lei nº 531/85;
Prazo: 10 dias, a contar da última publicação, que se fará durante 03 dias; Fundamentação
Legal: art. 241, § 4º da Lei nº 531/85; Vistas dos Autos: Sala da COPAD, Rua Visconde de
Sepetiba, 987, 5º andar (CAN); Horário: 09:00 horas as 17:00 horas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TRÂNSITO E TRANSPORTES
Atos do Secretário

Portarias
Interditada o tráfego de veículos na R. Ituaci, no bairro Ilha da Conceição, no dia 31/12/2011, das 13h até o dia 01/01/2012 às 18h, para realização de evento social “Confraternização Universal”. Proc. nº 530/2359/2011 (Port. nº 446/2011).

Adota as seguintes medidas para realização de evento religioso, “Festa e Procissão de São Sebastião”, no bairro Barreto, nos dias 20, 21 e 22/01/2012: I - Interditada o tráfego de veículos na R. General Castrioto, trecho compreendido entre as ruas Guimarães Júnior e Dr. Galvão, das 06h às 24h; II – Autoriza a interdição, parcial, do trânsito de veículos, para realização da procissão, a partir das 17h, no dia 20/01/2012, ao longo de seu trajeto, formado pelas ruas Dr. Galvão, Dr. Luiz Palmier, Dr. March e General Castrioto. Proc. nº 470/222/2011 (Port. nº 447/2011).

Designa, de acordo com a Resolução Conjunta SSPTT/SMSCOU nº 01/2011, os seguintes Guardas Municipais: Josevan Fausto da Silva, matrícula 234.367-1; Aelcio Almeida da Silva, matrícula 235.256-5; Paulo Eduardo Frentini de Souza, matrícula 235.265-6; Alexandre Rodrigues Santos, matrícula 235.275-5; Alexandre Lopes dos Santos, matrícula 235.278-9; Carlos Alberto Bezerra dos Santos, matrícula 235.281-3; Fábio Barbosa de Almeida, matrícula 235.431-4; Roberto Capello Goulart, matrícula 235.593-1; Amenemar Almeida Fernandes, matrícula 235.931-3; Aristides dos Santos Neves, matrícula 235.932-1; Marcelo Cardoso Cunha, matrícula 235.940-5; Flávio Pereira do Nascimento, matrícula 235.943-8; Eduardo Araújo do Nascimento Reis, matrícula 237.518-6.
(Port. nº 448/2011).

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Deferido nº 60/690/2011.
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atos do Presidente
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista delegação de competência que lhe confere o Decreto 6150/91,
RESOLVE:
Atribuir, a contar de 01/11/11, a **Luiz Eduardo de Bastos Neder**, a gratificação equivalente ao símbolo **FMS-6/SUS**, do Hospital Municipal Carlos Tortelly, da Vice-Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, na função de Chefe do Serviço de Pacientes Graves, em vaga decorrente da dispensa de **Marco Antônio da Costa Oliveira**.**(PORTARIA FMS/FGA Nº 322/2011).**
Dispensar, a pedido, **Cláudio Palombo**, da gratificação equivalente ao símbolo FMS-6/SUS, do Hospital Municipal Carlos Tortelly, da Vice-Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, da função de Chefe do Serviço de SIDA, a contar de **06/09/11**.**(PORTARIA FMS/FGA Nº 323/2011).**
VICE-PRESIDÊNCIA DE ATENÇÃO COLETIVA, AMBULATORIAL E DA FAMÍLIA
Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses
O Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses no uso de suas atribuições legais e tendo a elegação de competência das ações de Vigilância Sanitária conferidas pela Lei 2564/08 que dispõe sobre o Código
INDEFERIMENTO: CI 122 – 21-12-11
Chuang Lin Lanches Ltda: Endereço; Av. Amaral Peixoto 327 – Lojas 5 e 12 – Centro – Niterói RJ; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao Processo Nº 200/7972/11**;
Batata Roxa Comércio de Alimentos Ltda; Endereço; Rua Itaguaí 173 - Santa Rosa – Niterói RJ; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao Processo Nº 200/30989/11**;
Bar Lucia Lopes Ltda: Endereço; Rua Geraldo Martins 142 – Santa Rosa – Niterói RJ; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao Processo Nº 200/30859/11**;
Paulo César Lopes Bonfim; Endereço: Av. Amaral Peixoto 60 / 504 – Centro – Niterói RJ; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao Processo Nº 200/30611**;
Cludio Pinto Martins; Endereço: Av. Amaral Peixoto 60 / 909 – Centro – Niterói RJ; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao Processo Nº Processo: Nº 200/30673/11**
Luiz Gustavo Voit Rosa: Endereço: Rua Mario Viana 608 - Santa Rosa – Niterói RJ; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao Processo Nº 200/30512/11**;
Oliveira e Castro Farmácia Ltda: Endereço; Rua Djalma Dutra 38 - Centro - Niterói RJ; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao Processo Nº 200/10389/11**;

Leticia Ramalho Ferreira: Endereço: Rua Miguel de Frias 88 Sala 1001 - Icaraí - Niterói RJ; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao Processo Nº 200/30338/11**;
Clínica Spaço Corpo Ltda: Endereço: Rua Nóbrega 15 - Icaraí - Niterói RJ; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao Processo Nº 200/30902/11**;
Café Katz Ltda: Endereço: Rua Lopes Trovão 134 / 1º Piso Icaraí – Niterói RJ; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao Processo Nº 200/30370/11**;
Germinando da Terra Produtos Naturais Ltda; Endereço: Rua Pres. Backer 182 - Icaraí - Niterói RJ; Ficou decidido o **Indeferimento referente ao Processo Nº 200/30399/11**;

DEFERIMENTO:

Doppler Serviços Médicos Ltda: Endereço: Av. Amaral Peixoto 96/303 – Centro – Niterói RJ; Ficou decidido o **Deferimento referente ao Processo Nº 200/31317/11**;
Leonardo Brum Bessa; Endereço: Rua da Conceição 13 - Centro – Niterói RJ; Ficou decidido o **Deferimento referente ao Processo Nº 200/31003/11**;
Clínica Espaço Corpo Ltda: Rua Nóbrega 15 - Icaraí – Niterói RJ. Ficou decidido o **Deferimento referente ao Processo Nº 200/30901/11**;

CANCELAMENTO:

Tio Walter Comércio Varejista Ltda-Me: Rua Ewerton da Costa Xavier 3228 / 102 Itaipu – Niterói RJ; Ficou decidido o **Cancelamento do Auto de Multa Nº 157/11**;
PUBLICAÇÃO CI 123 – 22-12-11

Jorge Augusto Gonçalves de Jesus: Endereço; Rua Martins Torres 182 – Santa Rosa – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 07528 Datado 05/10/11:
Manoel de Souza Daccosta: Rua Leonardo da Vinci 456 Vila Progresso – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04958 Datado 07/10/11:
José Francisco da Cruz Nunes Filho: Rua Mario Viana 831 - Santa Rosa – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04959 Datado 07/10/11:
Wainer da Silveira e Silva: Rua Nicanor Nunes Qdr. 18 Lote 14 – Piratininga – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 02086 Datado 10/10/11:
Adalberto de Castro: Rua Leila Diniz Qdr. 60 Lote 6 São Francisco – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04960 Datado 10/10/11:
Quality Farmácia com Manipulação e Homeopatia Ltda; Trav. Capitão Zeferino 09 - Icaraí - Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 07560 Datado 25/10/11:
Quality Farmácia com Manipulação e Homeopatia Ltda: Trav. Capitão Zeferino 09 - Icaraí - Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 07561 Datado 25/10/11:
Quality Farmácia com Manipulação e Homeopatia Ltda: Trav. Capitão Zeferino 09 – Icaraí – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 07562 Datado 25/10/11:
Amadeu Eduardo Zani: Rua Passos da Pátria 70 – São Domingos – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04973 Datado 18/11/11:
Augusto Pereira: Trav. Iara 53 - Santa Rosa – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04974 Datado 29/11/11:
Ruth Rodrigues Barbosa Nogueira: Rua Graciliano Ramos 09 - Vital Brasil – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04975 Datado 29/11/11:
Leovigildo Mailló Sanches; Rua Mariz e Barros 418 Casa 02 - Icaraí - Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração 418 Casa 02 - Icaraí - Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04976 Datado 29/11/11:
Edwiges Timotheo de Barros; Rua Siqueira Campos 45 - Santa Rosa – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04977 Datado 29/11/11:
Colégio Betania Ltda: Trav. Matos Coutinho 45 - Santa Rosa – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04978 Datado 29/11/11:
Maria da Glória Sobreira: Rua Joaquim Távora 138 - Icaraí - Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04979 Datado 29/11/11:
Lea Mariotti Gnani Ernesto: Rua Joaquim Távora 140 - Icaraí - Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04980 Datado 29/11/11:
Deyse Maria Leis Vargas: Rua Fagundes Varela 528 - Ingá – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04981 Datado 29/11/11;
Maria de Fátima Souza Novo: Rua Fagundes Varela 537 - Ingá – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04982 Datado 29/11/11:
Aluilde da Silva Rego: Trav. Pascoal 277 Casa 01 - Engenhoca - Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nj 04983 Datado 02/12/11:
Oswaldo Elias Alves da Silva Junior: Rua Rev. Armando Ferreira 39/101 – Largo da Batalha – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 07537 Datado 05/12/11:
Felipe José Elias; Av. Rui Barbosa 221 - São Francisco - Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04984 Datado 06/12/11:
Ubirajara Peixoto: Estr. Guilhermina Bastos 116 – Lote 19/20 – Sape – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04985 Datado 06/12/11:
MVM – Adm. Partic. Representações e Serviços S/C Ltda: Rua Costa Rica 124 Qdr. 15 Lote 24 A – Itaipu – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04986 Datado 06/12/11:
Liliane Borsato Sad Cordeiro; Rua Prof. Carlos Cortez Qdr. 8 Lote 23 – Serra Grande – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04987 Datado 06/12/11:
David Fernandes Gonçalves: Rua Prof. Carlos Cortez Qdr. 8 lote 24 – Serra Grande – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04988 Datado 06/12/11:
Walmer Jacinto Soares: Rua dos Cravos 122 Itacoatiara – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04989 Datado 06/12/11:
Domingos Ferreira Cardoso: Rua Edna Rodrigues Valadão 488 Qdr.79 lote 10 – Camboinhas – Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 04990 Datado 06/12/11
Marchito Drogaria Ltda: Alameda São Boa Ventura 650 - Fonseca - Niterói RJ; Deixou de Receber o Auto de Infração Nº 07956 Datado 08/12/11:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atos do Presidente

HOMOLOGAÇÃO DA CARTA CONVITE N.º 038/2011

Aprovo a proposta do Presidente da CPL e demais Membros, adjudicando e homologando o CONVITE nº 038/2011, à Sociedade Empresária ARR III COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, no valor total de R\$ 22.759,20 (vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos). A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho 01.20.43.00.12.361.0042.2139, Código de Despesa 33903000, Fonte 103.

HOMOLOGAÇÃO DA CARTA CONVITE N.º 046/2011

Aprovo a proposta do Presidente da CPL e demais Membros, adjudicando e homologando o CONVITE nº 046/2011, à Sociedade Empresária YESHUA COMÉRCIO E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL LTDA EPP, perfazendo o valor total de R\$ 36.352,67 (trinta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos). A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho 01.20.43.00.12.361.0042.2139, Código de Despesa 33903900, Fonte 103.

HOMOLOGAÇÃO DA CARTA CONVITE N.º 051/2011

Aprovo a proposta do Presidente da CPL e demais Membros, adjudicando e homologando o CONVITE nº 051/2011, à Sociedade Empresária FLUSCOP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS LTDA, perfazendo o valor total de R\$ 21.532,00 (vinte e um mil, quinhentos e trinta e dois reais). A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho 01.20.43.00.12.365.0041.2137, Códigos de Despesas 33903000 e 44905200, Fonte 103.

HOMOLOGAÇÃO DA CARTA CONVITE N.º 053/2011

Aprovo a proposta do Presidente da CPL e demais Membros, adjudicando e homologando o CONVITE nº 053/2011, à Sociedade Empresária DISTRIBUIDORA VIOLETRAS LTDA - ME, perfazendo o valor total de R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil, duzentos reais). A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho 01.20.43.00.12.361.0042.2139, Código de Despesa 44905200, Fonte 100.

HOMOLOGAÇÃO DE PARTE DO PREGÃO Nº. 023/2011

Aprovo a proposta do Pregoeiro e Equipe de Apoio, adjudicando e homologando parte o objeto licitado às Licitantes: **ECO 805 COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS LTDA.-ME**, no valor total de **R\$-250.610,00** (duzentos e cinquenta mil seiscentos e dez reais), correspondente aos lotes **02 e 03** nos valores respectivos de R\$-61.580,00 e R\$-189.030,00 e **FERREIRA E LUCENA COMERCIAL LTDA.**, no valor total de **R\$-1.658.482,17** (hum milhão seiscentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos), correspondente aos lotes **04 e 06** nos valores respectivos de R\$-936.133,02 e R\$-722.349,15. As despesas correrão, no presente exercício, à conta dos Programas de Trabalho nºs 12.361.0042.2139 e 12.365.0044.2135, Natureza da Despesa 339030.00 Fonte 100, constantes do Orçamento desta FME

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº. 025/2011

Aprovo a proposta do Pregoeiro e Equipe de Apoio, homologando o objeto licitado às Licitantes: **TROPIC'S COMERCIAL LTDA.**, no valor de **R\$-197.043,44** (cento e noventa e sete mil quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos), correspondente aos lotes **01. KLTV COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.-ME.**, no valor de **R\$-111.222,00** (cento e onze mil duzentos e vinte e dois reais), correspondente aos lotes **02 e 07**, nos valores respectivos de R\$-77.458,00 e 33.764,00. **ECO 805 COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS LTDA.-ME**, no valor de **R\$-245.419,86** (duzentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos), correspondente aos lotes 03. **DIBOÁ COMERCIAL LTDA.**, no valor de **R\$-20.982,52** (vinte mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), correspondente aos lotes **04. HAWAI 2010 COMERCIAL LTDA.**, no valor de **R\$-7.656,00** (sete mil seiscentos e cinquenta e seis reais), correspondente aos lotes **05 e LM 174 TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, no valor de **R\$-65.027,00** (sessenta e cinco mil e vinte e sete reais), correspondente aos lotes 06. As despesas correrão, no presente exercício, à conta dos Programas de Trabalho nºs 12.361.0042.2139 e 12.365.0044.2135 Natureza da Despesa 4.4.90.52.00 Fonte 103, constantes do Orçamento desta.

HOMOLOGAÇÃO DE PARTE DO PREGÃO Nº. 023/2011

Aprovo a proposta do Pregoeiro e Equipe de Apoio, adjudicando e homologando parte o objeto licitado à Licitante: **FRONTEX IND. E COMÉRCIO LTDA.-ME** no valor total de **R\$-688.392,21** (seiscentos e oitenta e oito mil trezentos e noventa e dois reais e vinte e um centavos), correspondente aos lotes **01, 05 e 07** nos valores respectivos de R\$-19.400,00, 490.000,00 e R\$-178.992,21. As despesas correrão, no presente exercício, à conta dos Programas de Trabalho nºs 12.361.0042.2139 e 12.365.0044.2135, Natureza da Despesa 339030.00 Fonte 100, constantes do Orçamento desta FME.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA
Atos do Presidente

PORT. Nº. 102/2011 – Designar a contar de 19/12/2011, **ELISA CARVALHO AZEVEDO**, para exercer a função gratificada de Chefe de Setor de Produção do 2º Turno, da Diretoria de Manutenção.

PORT. Nº. 103/2011 – Designar a contar de 07/12/2011, **JOAQUIM DE ARAUJO SCOTELARO**, para exercer a função gratificada de Chefe do Setor de Cadastro, da Diretoria de Operações.

PORT. Nº. 104/2011 – Designar a contar de 21/12/2011, **MÁRIO GOMES DE OLIVEIRA**, para exercer a função gratificada de Chefe de Setor de Informações Operacionais do Serv. De Inf. Técnica, da Diretoria de Operações.

Aviso
NOVA DATA PREGÃO PRESENCIAL nº. 0035/2011
(Aquisição de Cimento CP II – E 32 _ RS)

Comunicamos aos interessados que fica **REMARCADADA** para o dia **02/01/2012 às 12:00 (doze) horas** o recebimento e abertura dos envelopes, referente ao **PREGÃO PRESENCIAL nº. 0035/2011**.

1º ADITAMENTO À ORDEM DE INÍCIO

Proc.Nº 510/3853/11. Referência: Proc.510/1809/11 CONTRATADO: ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA MOTTA. OBJETO: Prorrogação de prazo por mais 01 (um) mês (locação de 1 retro escavadeira). VALOR TOTAL: R\$ 10.800,00 (dez mil, e oitocentos reais). RECURSOS: PT 1051.04.122.0001.2022, ND 3.3.90.36.00, Fonte 100. Niterói, 26 de dezembro de 2011. José Carlos da Rocha Luiz – Diretor Administrativo da EMUSA.
OMITIDO DA PUBLICAÇÃO DO DIA: 02/08/2011.

1º ADITAMENTO À ORDEM DE INÍCIO

Proc. Nº 510/2368/11. CONTRATADO: Jorge da Silva. OBJETO: Prorrogação de prazo por mais 03 (três) meses (locação de um caminhão basculante). VALOR TOTAL: R\$ 14.824,00 (quatorze mil, oitocentos e vinte e quatro reais). RECURSOS: PT 1051.04.122.0001.2022, natureza da despesa 3.3.90.36.00, fonte 100 do orçamento da EMUSA para o presente exercício. Niterói, José Carlos da Rocha Luiz – Diretor Administrativo da EMUSA.
OMITIDO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 22/06/2011.

NITTRANS – NITERÓI, TRANSPORTE E TRÂNSITO
Despacho do Presidente

Termo de Re-Ratificação nº 18/2011 - Termo de Re-Ratificação do Termo Aditivo nº 04/2011, celebrando entre a Niterói, Transporte e Trânsito S/A – Nittrans e a Empresa Parvaim Software de Gestão Ltda. Objeto: Retificação da numeração do Termo Aditivo, bem como a “Cláusula Primeira: Prazo”. Proc Adm. 530/1328/2010.

NITEROI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A
NELTUR

Atos do Diretor Presidente
Extratos Contratuais

INSTRUMENTO: Contrato de Locação nº 136/2011; **PARTES:** Niterói Empresa de Lazer e Turismo S/A - NELTUR e A FIRMA PRODUÇÃO, LOCAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME, **OBJETO:** Contratação de empresa de serviços de locação de estrutura para realização de festejos natalinos para o evento “Natal na Câmara com Niterói Acessível – Adoção: Um Ato de Amor”, **VALOR:** R\$ 30.990,00 (trinta mil, novecentos e noventa reais), à conta do Programa de Trabalho nº 1052.27.813.0017.2028, Código de Despesa nº 33.90.39.00 e Fonte nº 100; **PRAZO:** Início no dia 12 de dezembro de 2011 e término em 06 de janeiro de 2012; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 23, Inciso II, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Processo administrativo nº 500/1055/2011.

INSTRUMENTO: Contrato de Locação nº 137/2011; **PARTES:** Niterói Empresa de Lazer e Turismo S/A - NELTUR e Eventos Sideal Serviços Ltda ME, **OBJETO:** Contratação de empresa de serviços de locação e instalação de palco e estruturas (tendas, grades e pisos) nos dias 29, 30 e 31 de dezembro de 2011, para festa do Réveillon 2011/2012, que será realizado na Praia de Icaraí, **VALOR:** R\$ 77.950,00 (setenta e sete mil, novecentos e cinquenta reais), à conta do Programa de Trabalho nº 1052.27.813.0017.2028, Código de Despesa nº 33.90.39.00 e Fonte nº 108; **PRAZO:** Início no dia 20 de dezembro de 2011 e término em 02 de janeiro de 2012; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 23, Inciso II, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Processo administrativo nº 500/1141/2011.

INSTRUMENTO: Contrato de Locação nº 142/2011; **PARTES:** Niterói Empresa de Lazer e Turismo S/A - NELTUR e S.E.S. SISTEMAS ESPECIAIS DE SANEAMENTO LTDA, **OBJETO:** Contratação de empresa para serviços de locação de 200 (duzentas) cabines sanitárias nos dias 30 e 31 de dezembro, para festa do Réveillon 2011/2012 que será realizada na Praia de Icaraí; **VALOR UNITÁRIO:** R\$ 100,00 (cem reais) por dia, à conta do Programa de Trabalho nº 1052.27.813.0017.2028, Código de Despesa nº 33.90.39.00 e Fonte nº 108; **PRAZO:** Início no dia 29 de dezembro de 2011 e término em 06 de janeiro

de 2012; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 23, Inciso II, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Processo administrativo nº 500/1140/2011.

INSTRUMENTO: Contrato de Locação nº 141/2011; **PARTES:** Niterói Empresa de Lazer e Turismo S/A - NELTUR e M. VIEIRA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, **OBJETO:** Contratação de empresa de serviços de locação de sonorização e iluminação para a festa do Réveillon 2011/2012, que será realizada na Praia de Icaraí, **VALOR:** R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), à conta do Programa de Trabalho nº 1052.27.813.0017.2028, Código de Despesa nº 3.3.90.39.00 e Fonte nº 108; **PRAZO:** Início no dia 26 de dezembro de 2011 e término em 06 de janeiro de 2012; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 23, Inciso II, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Processo administrativo nº 500/1142/2011